

## **Aula 00**

*Conhecimentos Específicos p/ SEEDF  
(Monitor de Gestão Educacional) - 2020*

Autor:  
**Renato Alonso**

17 de Março de 2020

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	1
RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 02/2001 .....	2
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	27
LISTA DE QUESTÕES ABORDADAS NA AULA.....	28
GABARITO.....	33



## RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 02/2001

Olá Pessoal! O tema da nossa aula de hoje será a resolução **CNE/CEB nº 02/2001, que Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Preparados?

Vamos então comentar artigo por artigo da Resolução nº 02/01 da Câmara de Educação Básica.

### Artigo 1º

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO  
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA  
RESOLUÇÃO Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001.**

*Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.*

*Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades.*

*Parágrafo único. O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.*

O artigo 1º nos diz sobre a Resolução que institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentam **necessidades educacionais especiais**, na **Educação Básica**, em todas as suas **etapas** e **modalidades**.

Já o parágrafo único afirma que o **atendimento educacional especializado (AEE)** deve ser garantido sempre que se evidencie a necessidade, assegurando os serviços de educação especial que terá início na etapa **da educação infantil (que inclui as creches e as pré-escolas)**. A realização de avaliação e interação com a **família e a comunidade** fazem parte das instruções destas diretrizes.





na educação infantil, (nas creches e pré-escolas)



**Questão 1: 2011/FUNCEFET/Pref. de Nilópolis - RJ/Auxiliar de Educação Infantil**

A Resolução CNE/CEB NO 2, de 11 de fevereiro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Em relação ao atendimento escolar dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais é correto afirmar que ele terá início na educação

- a) infantil, somente nas pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie a necessidade de atendimento educacional especializado.
- b) fundamental, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie a necessidade de atendimento educacional especializado.
- c) infantil, nas creches e pré-escolas especificamente preparadas para o atendimento educacional especializado, em substituição aos serviços educacionais comuns.
- d) infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie a necessidade de atendimento educacional especializado.

**Comentários:**

Conforme acabamos de estudar, o atendimento escolar dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie a necessidade de atendimento educacional especializado.

Gabarito é a letra D.



**Questão 2: 2017/CESPE/Pref. de São Luís - MA/Professor Nível Médio**

Tendo como referência a Resolução CNE/CEB n.º 2/2001 e o Parecer CNE/CEB n.º 17/2001, assinale a opção correta.

- a) O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será realizado apenas de forma extraordinária na rede regular de ensino.
- b) Os alunos com necessidades educacionais especiais serão atendidos prioritariamente em classes especiais ou em escolas especiais.
- c) O acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo; no entanto não é obrigatória a garantia de acesso desses alunos aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística.
- d) Os serviços de educação especial voltados para o atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser ofertados sempre que ficar evidenciada, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.
- e) O atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares deve iniciar no ensino fundamental.

**Comentários:**

Os serviços de educação especial voltados para o atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser ofertados sempre que ficar evidenciada, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Gabarito é a letra D.



## Artigo 2º

*Art 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.*

*Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.*

Segundo o art. 2º, cabe às **escolas** organizar-se para o atendimento aos **educandos com necessidades educacionais especiais**, com isso, os sistemas de ensino devem matricular **todos os alunos** assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Destaca-se ainda que os sistemas de ensino devem conhecer a **demanda real** de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de **sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico**, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.



### Questão 3: INÉDITA

A resolução CEB 02/2001, diz que os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais

- mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.
- mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos não governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.
- mediante a criação de sistemas de informação para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.
- mediante o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.
- pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) e pela lei do Sistema Único de Saúde (Lei n. 8.080/1990).



### Comentários:

Questão trouxe exatamente o que apregoa o parágrafo único do artigo 2º da Resolução CNE/CEB nº 2/01.

Gabarito é A.

### Artigo 3º

*Art. 3º Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.*

*Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e dêem sustentação ao processo de construção da educação inclusiva.*

O artigo 3º, define por **educação especial, modalidade da educação escolar**, um **processo educacional** definido por uma proposta pedagógica que assegure **recursos e serviços educacionais especiais**, organizados **institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns**, de modo a garantir a **educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades** dos educandos que apresentam **necessidades educacionais especiais**, em todas as etapas e modalidades da **educação básica**.



**TOME NOTA!**

#### **EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure **recursos e serviços educacionais especiais**, organizados institucionalmente para **apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns**, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das **potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais**, em todas as etapas e modalidades da **educação básica**.



Os sistemas de ensino devem constituir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação ao processo de construção da **educação inclusiva**.



**Questão 4:** 2015/IF-SP/IF-SP/Professor - Pedagogia

A Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Sobre esta resolução, assinale a alternativa que contempla, de forma correta, o conceito de educação especial trazido pelo referido documento.

- a) Por educação especial, forma de atendimento aos alunos deficientes, entende-se um processo educacional definido pela escola que assegure aulas e projetos especiais, organizados institucionalmente para educar as crianças que não são consideradas normais, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.
- b) Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por escolas especiais que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para atender crianças com necessidades educacionais especiais e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, na educação infantil e no ensino fundamental, nos termos da lei.
- c) Por educação especial, um sistema de educação escolar próprio e especial, entende-se um processo educacional definido pelo Ministério da Educação e pelas Secretarias Estaduais de educação que assegure educação especial, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a alfabetização de todos e promover o desenvolvimento habilidades motoras e sociais dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, na educação infantil e no ensino fundamental, nos termos da lei.
- d) Por educação especial, modalidade de atendimento de escolas e professores, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente formar os professores para que eles possam atender as crianças com necessidades educacionais especiais. Que a escola especial possa substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.
- e) Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços



educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

### Comentários:

Conforme a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Gabarito é letra E.

### Artigo 4º

*Art. 4º Como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características bio-psicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos de modo a assegurar:*

*I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;*

*II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;*

*III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.*

Neste artigo 4º, diz que como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações **singulares, os perfis dos estudantes, as características bio-psicossociais** dos alunos e suas **faixas etárias** e se pautará em **princípios éticos, políticos e estéticos** objetivando assegurar:

I - a **dignidade humana** e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;



II - a busca da **identidade própria** de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III - o desenvolvimento para o **exercício da cidadania**, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.



### Questão 5: INÉDITA

A Resolução CNE/CEB nº 02/01 em seu artigo 4º, diz que como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características bio-psicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos objetivando assegurar

I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

Analise a afirmativa

( ) Certo ( ) Errado

### Comentários:

Questão trouxe exatamente o que apregoa o artigo 4º da Resolução CNE/CEB nº 2/01.

Gabarito é CERTO.



## Artigo 5º

*Art. 5º Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:*

*I - dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:*

*a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica;*

*b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;*

*II – dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;*

*III - altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.*

Aqui temos um artigo importante que retrata sobre o “perfil” dos educandos com necessidades educacionais especiais.



**TOME NOTA!**

## CONSIDERAM-SE EDUCANDOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

- ✓ Os que, durante o processo educacional, apresentarem **dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações** no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos:
  - a) aquelas **não vinculadas a uma causa orgânica específica;**
  - b) aquelas relacionadas a **condições, disfunções, limitações ou deficiências;**
- ✓ **dificuldades de comunicação e sinalização** diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de **linguagens e códigos aplicáveis;**
- ✓ **altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem** que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.





### Questão 6: INÉDITA

À luz da Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/01), analise o texto e assinale a alternativa incorreta:

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

- a) dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;
- b) dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
- c) altas habilidades/superdotação, grande dificuldade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.
- d) altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.

### Comentários:

- a) dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: a) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; b) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências; **(Correto)**
- b) dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis; **(Correto)**
- c) altas habilidades/superdotação, grande dificuldade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. **(Afirmativa incorreta pois está errado afirmar “altas habilidades/superdotação, grande dificuldade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.”)**
- d) altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes. **(Correto)**

Gabarito é a letra C.



## Artigo 6º

*Art. 6º Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:*

*I - a experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;*

*II - o setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;*

*III – a colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário.*

Este artigo trata sobre a **identificação** das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário. Segundo o artigo, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, **avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem**.





### Questão 7: INÉDITA

À luz da Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Resolução CNE/CEB nº 4/09), julgue o item abaixo:

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser realizado prioritariamente na escola de ensino regular ou em centros de AEE, não podendo ser realizado em ambiente hospitalar, pois neste caso é aplicado o Atendimento Hospitalar Especializado (AHE).

( ) Certo ( ) Errado

#### Comentários:

Conforme vimos no art. 6º, em casos de Atendimento Educacional Especializado em ambiente hospitalar ou domiciliar, será ofertada aos alunos, pelo respectivo sistema de ensino, a Educação Especial de forma complementar ou suplementar. Portanto, é possível sim o AEE em ambiente hospitalar bem como domiciliar. Gabarito é ERRADO.

### Artigo 7º

*Art. 7º O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.*

Vimos neste artigo que esta resolução determina que os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser atendidos em **classes comuns do ensino regular**, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.



**TOME NOTA!**

**ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS DEVEM SER ATENDIDOS**



em **classes comuns do ensino regular**, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica





### Questão 8 INÉDITA

À luz da Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/01), julgue o item abaixo:

Os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser atendidos em classes especiais do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.

( ) Certo ( ) Errado

### Comentários:

Segundo o art. 7º, O atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em **classes comuns** em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.

Gabarito é ERRADO.

### Artigo 8º

*Art. 8o As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:*

*I - professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;*

*II - distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;*

*III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;*

*IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:*

*a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;*

*b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;*



c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente  
d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V – serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

VI – condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

VIII – temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;

IX – atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar, nos termos do Artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96.

Em relação a este parágrafo, vimos que as escolas da **rede regular** de ensino devem prever e prover na **organização de suas classes comuns**:

1. **professores das classes comuns e da educação especial** capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às **necessidades educacionais dos alunos**;
2. **distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados**, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do **princípio de educar para a diversidade**;
3. **flexibilizações e adaptações curriculares** que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a **freqüência obrigatória**;
4. serviços de **apoio pedagógico especializado**, realizado, nas **classes comuns**, mediante:
  - a) **atuação colaborativa de professor especializado em educação especial**;



- b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;
- c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.
5. serviços de **apoio pedagógico especializado em salas de recursos**, nas quais o professor especializado em educação especial realize a **complementação ou suplementação curricular**, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;
  6. condições para **reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva**, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com **instituições de ensino superior e de pesquisa**;
  7. **sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade**;
  8. **temporalidade flexível** do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com **deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas**, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos **anos finais do ensino fundamental**, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande **defasagem idade/série**;
  9. **atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação**, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante **desafios suplementares nas classes comuns**, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para **conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar**, nos termos do Artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96.





### Questão 9: INÉDITA

Segundo o que diz no Artigo 8º das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/01), analise o texto e indique a alternativa que está incorreta.

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

- a) professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;
- b) distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;
- c) serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;
- d) condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa
- e) temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo menor o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;

### Comentários:

- a) professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos; **(Correto)**
- b) distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade; **(Correto)**



- c) serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos; **(Correto)**
- d) condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa; **(Correto)**
- e) temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo menor o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série; **(Incorreto. O art. 8º fala sobre temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série.)**

Gabarito é E.

## Artigo 9º

*Art. 9o As escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais, cuja organização fundamente-se no Capítulo II da LDBEN, nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, bem como nos referenciais e parâmetros curriculares nacionais, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.*

*§ 1o Nas classes especiais, o professor deve desenvolver o currículo, mediante adaptações, e, quando necessário, atividades da vida autônoma e social no turno inverso.*

*§ 2o A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno e das condições para o atendimento inclusivo, a equipe pedagógica da escola e a família devem decidir conjuntamente, com base em avaliação pedagógica, quanto ao seu retorno à classe comum*



Este artigo informa que as **escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais para atendimento, em caráter transitório**, a alunos que apresentem **dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas** dos demais alunos e demandem ajudas e apoios **intensos e contínuos**.

A **organização** destas classes fundamenta-se no **Capítulo II da LDBEN, nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, bem como nos referenciais e parâmetros curriculares nacionais**.

Nas classes especiais, o professor deve desenvolver o **currículo**, mediante **adaptações**, e, quando necessário, **atividades da vida autônoma e social no turno inverso**.

A partir do **desenvolvimento apresentado** pelo aluno e das **condições para o atendimento inclusivo, a equipe pedagógica da escola e a família devem decidir conjuntamente**, com base em **avaliação pedagógica**, quanto ao seu **retorno à classe comum**.



### Questão 10: INÉDITA

À luz das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/01, analise o texto:

“As escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais, cuja organização fundamenta-se no Capítulo II da LDBEN, nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, bem como nos referenciais e parâmetros curriculares nacionais, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.”

( ) Certo ( ) Errado

### Comentários:

Conforme acabamos de estudar a sentença está de acordo com o que diz no art. 9º da resolução CNE/CEB nº 02/01.

Gabarito é CERTO.

## Artigo 10

*Art. 10. Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em*



*escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.*

*§ 1º As escolas especiais, públicas e privadas, devem cumprir as exigências legais similares às de qualquer escola quanto ao seu processo de credenciamento e autorização de funcionamento de cursos e posterior reconhecimento.*

*§ 2º Nas escolas especiais, os currículos devem ajustar-se às condições do educando e ao disposto no Capítulo II da LDBEN.*

*§ 3º A partir do desenvolvimento apresentado pelo aluno, a equipe pedagógica da escola especial e a família devem decidir conjuntamente quanto à transferência do aluno para escola da rede regular de ensino, com base em avaliação pedagógica e na indicação, por parte do setor responsável pela educação especial do sistema de ensino, de escolas regulares em condição de realizar seu atendimento educacional.*

Neste artigo temos que os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram **atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover**, podem ser atendidos, em **caráter extraordinário**, em **escolas especiais, públicas ou privadas**, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.

A partir do **desenvolvimento apresentado pelo aluno, a equipe pedagógica da escola especial e a família devem decidir conjuntamente** quanto à **transferência do aluno para escola da rede regular de ensino**, com base em **avaliação pedagógica** e na indicação, por parte do setor responsável pela educação especial do sistema de ensino, de escolas **regulares em condição de realizar seu atendimento educacional**.

---

## Artigo 11

*Art. 11. Recomenda-se às escolas e aos sistemas de ensino a constituição de parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas e estudos de caso relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao aperfeiçoamento desse processo educativo.*

Segundo este artigo, às escolas e aos sistemas de ensino devem constituir **parcerias com instituições de ensino superior** para a realização de **pesquisas e estudos de caso** relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando ao **aperfeiçoamento desse processo educativo**.



## Artigo 12

*Art. 12. Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras nas comunicações, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários.*

*§ 1o Para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito à acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infraestrutura definidos.*

*§ 2o Deve ser assegurada, no processo educativo de alunos que apresentam dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais educandos, a acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa, facultando-lhes e às suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que julgarem adequada, ouvidos os profissionais especializados em cada caso.*

Segundo o artigo, os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 e da Lei 10.172/2001, devem assegurar a **acessibilidade** aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais.

Para isso é necessário a eliminação de **barreiras arquitetônicas urbanísticas**, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de **barreiras nas comunicações**, provendo as escolas dos recursos humanos e materiais necessários devendo seguir os **padrões mínimos** estabelecidos com respeito à acessibilidade.

Deverá ser realizada a **adaptação das escolas existentes** e condicionada a autorização de **construção e funcionamento de novas escolas** ao preenchimento dos **requisitos de infra-estrutura definidos**.

No processo educativo de alunos que apresentam **dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas** dos demais educandos, deve ser assegurada a **acessibilidade aos conteúdos curriculares, mediante a utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o sistema Braille e a língua de sinais, sem prejuízo do aprendizado da língua portuguesa**.



## Artigo 13

*Art. 13. Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com os sistemas de saúde, devem organizar o atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.*

*§ 1o As classes hospitalares e o atendimento em ambiente domiciliar devem dar continuidade ao processo de desenvolvimento e ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver currículo flexibilizado com crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.*

*§ 2o Nos casos de que trata este Artigo, a certificação de freqüência deve ser realizada com base no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno.*

Aqui temos que os sistemas de ensino devem organizar o atendimento educacional especializado a **alunos impossibilitados de freqüentar as aulas em razão de tratamento de saúde.**

Deve ser realizada **ação integrada com os sistemas de saúde**, aos aluno que requerem de **internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.**

Conforme o artigo, esse atendimento deve dar continuidade ao processo de aprendizagem de alunos matriculados em escolas da Educação Básica, contribuindo para seu retorno e reintegração ao grupo escolar, e desenvolver **currículo flexibilizado** com crianças, jovens e adultos **não matriculados no sistema educacional local**, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

Nos casos de que trata este Artigo, a certificação de **freqüência** deve ser realizada com base no **relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno.**



### Questão 11 2018/CS-UFG/UFG/Pedagogo

De acordo com o Art. 13º, § 2º, da Resolução CNE/CEB n. 02/2001, a certificação de freqüência do educando deve ser realizada com base

- em chamadas periódicas realizadas pelo professor e por profissionais da saúde.
- na quantidade de aulas verificadas pelo educador em que o educando tenha efetivamente participado.
- no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno.
- na participação dos educandos nas atividades que devem ser registradas em formulário próprio de atendimento.



### Comentários:

- a) em chamadas periódicas realizadas pelo professor e por profissionais da saúde. **(Errado. Não existe esta previsão)**
- b) na quantidade de aulas verificadas pelo educador em que o educando tenha efetivamente participado. **(Errado. Não existe esta previsão)**
- c) no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno. **(Correto)**
- d) na participação dos educandos nas atividades que devem ser registradas em formulário próprio de atendimento. **(Errado. Não existe esta previsão)**

Gabarito é a letra C.

### Artigo 14

*Art. 14. Os sistemas públicos de ensino serão responsáveis pela identificação, análise, avaliação da qualidade e da idoneidade, bem como pelo credenciamento de escolas ou serviços, públicos ou privados, com os quais estabelecerão convênios ou parcerias para garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, observados os princípios da educação inclusiva.*

De acordo com o 14º artigo, os sistemas públicos de ensino serão responsáveis pela **identificação, análise, avaliação da qualidade e da idoneidade**, bem como pelo **credenciamento de escolas ou serviços, públicos ou privados**, com os quais estabelecerão convênios ou parcerias para garantir o atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, observados os **princípios da educação inclusiva**.

### Artigo 15

*Art. 15. A organização e a operacionalização dos currículos escolares são de competência e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica, as normas dos respectivos sistemas de ensino.*

O 15º artigo estabelece que a organização e a operacionalização dos **currículos escolares** são de competência e responsabilidade dos **estabelecimentos de ensino**, devendo constar de seus projetos pedagógicos as disposições necessárias para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos, respeitadas, além das **diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica**, as normas dos respectivos sistemas de ensino.



## Artigo 16

*Art. 16. É facultado às instituições de ensino, esgotadas as possibilidades pontuadas nos Artigos 24 e 26 da LDBEN, viabilizar ao aluno com grave deficiência mental ou múltipla, que não apresentar resultados de escolarização previstos no Inciso I do Artigo 32 da mesma Lei, terminalidade específica do ensino fundamental, por meio da certificação de conclusão de escolaridade, com histórico escolar que apresente, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo educando, bem como o encaminhamento devido para a educação de jovens e adultos e para a educação profissional.*

Este artigo relata que é permitido às instituições de ensino, viabilizar ao aluno com **grave deficiência mental ou múltipla**, **terminalidade específica** do ensino fundamental, por meio da certificação de conclusão de escolaridade, com histórico escolar onde este apresente, de **forma descritiva**, **as competências desenvolvidas pelo educando**, bem como o encaminhamento devido para a **educação de jovens e adultos e para a educação profissional**.

Para isso, deve ser considerado esgotadas as possibilidades pontuadas nos Artigos 24 e 26 da LDBEN, e os resultados de escolarização previstos no Inciso I do Artigo 32 da mesma Lei.

---

## Artigo 17

*Art. 17. Em consonância com os princípios da educação inclusiva, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho, contando, para tal, com a colaboração do setor responsável pela educação especial do respectivo sistema de ensino.*

*§ 1o As escolas de educação profissional podem realizar parcerias com escolas especiais, públicas ou privadas, tanto para construir competências necessárias à inclusão de alunos em seus cursos quanto para prestar assistência técnica e convalidar cursos profissionalizantes realizados por essas escolas especiais.*

*§ 2o As escolas das redes de educação profissional podem avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos, encaminhando-as, a partir desses procedimentos, para o mundo do trabalho.*

No 17º artigo diz que em consonância com **os princípios da educação inclusiva**, as escolas das redes regulares de educação profissional, públicas e privadas, devem atender alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a promoção das condições de **acessibilidade, a capacitação de recursos humanos, a flexibilização e adaptação do currículo e o encaminhamento para o trabalho**, contando, para tal, com a colaboração do **setor responsável pela educação especial** do respectivo sistema de ensino.



Diz ainda que as **escolas de educação profissional** podem realizar parcerias com escolas especiais, públicas ou privadas, tanto para construir **competências necessárias** à inclusão de alunos em seus cursos quanto para prestar **assistência técnica e convalidar cursos profissionalizantes realizados por essas escolas especiais**.

As **escolas das redes de educação profissional** podem **avaliar e certificar competências laborais de pessoas com necessidades especiais não matriculadas em seus cursos**, encaminhando-as, a partir desses procedimentos, para o **mundo do trabalho**.

## Artigo 18

*Art. 18. Cabe aos sistemas de ensino estabelecer normas para o funcionamento de suas escolas, a fim de que essas tenham as suficientes condições para elaborar seu projeto pedagógico e possam contar com professores capacitados e especializados, conforme previsto no Artigo 59 da LDBEN e com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena.*

*§ 1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:*

*I – perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;*

*II - flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;*

*III - avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;*

*IV - atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.*

*§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.*

*§ 3º Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:*



*I - formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;*

*II - complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;*

*§ 4º Aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.*

Conforme o que trata no artigo 18º, são considerados **professores capacitados** para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de **nível médio ou superior**, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- ✓ **perceber as necessidades educacionais especiais** dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- ✓ **flexibilizar a ação pedagógica** nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem;
- ✓ **avaliar continuamente a eficácia do processo educativo** para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- ✓ **atuar em equipe**, inclusive com professores especializados em educação especial.

São considerados **professores especializados em educação especial** aqueles que desenvolveram competências para:

- ✓ **identificar as necessidades educacionais especiais;**
- ✓ **definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas;**
- ✓ **trabalhar em equipe**, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Os professores especializados em educação especial deverão comprovar:

- I. formação em cursos de licenciatura em educação especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à licenciatura para educação infantil ou para os anos iniciais do ensino fundamental;
- II. complementação de estudos ou pós-graduação em áreas específicas da educação especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas de conhecimento, para atuação nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio;

No que se refere aos professores que já estão exercendo o magistério devem ser oferecidas oportunidades de formação continuada, inclusive em nível de especialização, pelas instâncias educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



## Artigo 19

*Art. 19. As diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica estendem-se para a educação especial, assim como estas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial estendem-se para todas as etapas e modalidades da Educação Básica.*

O 19º artigo descreve que as **diretrizes curriculares nacionais de todas as etapas e modalidades da Educação Básica** estendem-se **para a educação especial**, assim como estas **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial** estendem-se para **todas as etapas e modalidades da Educação Básica**.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É isso aí pessoal! Chegamos ao fim da nossa aula e espero que tenham gostado! Quem quiser me adicionar lá no Instagram (@alonso.prof), fiquem à vontade!



**Fiquem com Deus e até a próxima!**



## LISTA DE QUESTÕES ABORDADAS NA AULA

### Questão 1: 2011/FUNCEFET/Pref. de Nilópolis - RJ/Auxiliar de Educação Infantil

A Resolução CNE/CEB NO 2, de 11 de fevereiro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Em relação ao atendimento escolar dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais é correto afirmar que ele terá início na educação

- a) infantil, somente nas pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie a necessidade de atendimento educacional especializado.
- b) fundamental, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie a necessidade de atendimento educacional especializado.
- c) infantil, nas creches e pré-escolas especificamente preparadas para o atendimento educacional especializado, em substituição aos serviços educacionais comuns.
- d) infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie a necessidade de atendimento educacional especializado.

### Questão 2: 2017/CESPE/Pref. de São Luís - MA/Professor Nível Médio

Tendo como referência a Resolução CNE/CEB n.º 2/2001 e o Parecer CNE/CEB n.º 17/2001, assinale a opção correta.

- a) O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será realizado apenas de forma extraordinária na rede regular de ensino.
- b) Os alunos com necessidades educacionais especiais serão atendidos prioritariamente em classes especiais ou em escolas especiais.
- c) O acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo; no entanto não é obrigatória a garantia de acesso desses alunos aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística.
- d) Os serviços de educação especial voltados para o atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser ofertados sempre que ficar evidenciada, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.
- e) O atendimento escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares deve iniciar no ensino fundamental.

### Questão 3: INÉDITA

A resolução CEB 02/2001, diz que os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais



- a) mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.
- b) mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos não governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.
- c) mediante a criação de sistemas de informação para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.
- d) mediante o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos.
- e) pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) e pela lei do Sistema Único de Saúde (Lei n. 8.080/1990).

---

#### **Questão 4: 2015/IF-SP/IF-SP/Professor - Pedagogia**

A Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Sobre esta resolução, assinale a alternativa que contempla, de forma correta, o conceito de educação especial trazido pelo referido documento.

- a) Por educação especial, forma de atendimento aos alunos deficientes, entende-se um processo educacional definido pela escola que assegure aulas e projetos especiais, organizados institucionalmente para educar as crianças que não são consideradas normais, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das crianças que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.
- b) Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por escolas especiais que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para atender crianças com necessidades educacionais especiais e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, na educação infantil e no ensino fundamental, nos termos da lei.
- c) Por educação especial, um sistema de educação escolar próprio e especial, entende-se um processo educacional definido pelo Ministério da Educação e pelas Secretarias Estaduais de educação que assegure educação especial, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a alfabetização de todos e promover o desenvolvimento habilidades motoras e sociais dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, na educação infantil e no ensino fundamental, nos termos da lei.
- d) Por educação especial, modalidade de atendimento de escolas e professores, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente formar os professores para



que eles possam atender as crianças com necessidades educacionais especiais. Que a escola especial possa substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

e) Por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

---

### Questão 5: INÉDITA

A Resolução CNE/CEB nº 02/01 em seu artigo 4º, diz que como modalidade da Educação Básica, a educação especial considerará as situações singulares, os perfis dos estudantes, as características bio-psicossociais dos alunos e suas faixas etárias e se pautará em princípios éticos, políticos e estéticos objetivando assegurar

I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social;

II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências;

III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos.

Analise

( ) Certo ( ) Errado

---

### Questão 6: INÉDITA

À luz da Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/01), analise o texto e assinale a alternativa incorreta:

Consideram-se educandos com necessidades educacionais especiais os que, durante o processo educacional, apresentarem:

a) dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares, compreendidas em dois grupos: I) aquelas não vinculadas a uma causa orgânica específica; II) aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;



- b) dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis;
  - c) altas habilidades/superdotação, grande dificuldade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.
  - d) altas habilidades/superdotação, grande facilidade de aprendizagem que os leve a dominar rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes.
- 

### Questão 7: INÉDITA

À luz da Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Resolução CNE/CEB nº 4/09), julgue o item abaixo:

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser realizado prioritariamente na escola de ensino regular ou em centros de AEE, não podendo ser realizado em ambiente hospitalar, pois neste caso é aplicado o Atendimento Hospitalar Especializado (AHE).

(  ) Certo (  ) Errado

---

### Questão 8 INÉDITA

À luz da Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/01), julgue o item abaixo:

Os alunos com necessidades educacionais especiais devem ser atendidos em classes especiais do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica.

(  ) Certo (  ) Errado

---

### Questão 9: INÉDITA

Segundo o que diz no Artigo 8º das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/01), analise o texto e indique a alternativa que está incorreta.

As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

- a) professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;
- b) distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;



- c) serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;
- d) condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa
- e) temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em tempo menor o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;

---

### Questão 10: INÉDITA

À luz das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 02/01, analise o texto:

“As escolas podem criar, extraordinariamente, classes especiais, cuja organização fundamente-se no Capítulo II da LDBEN, nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica, bem como nos referenciais e parâmetros curriculares nacionais, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.”

( ) Certo ( ) Errado

---

### Questão 11: 2018/CS-UFG/UFG/Pedagogo

De acordo com o Art. 13º, § 2º, da Resolução CNE/CEB n. 02/2001, a certificação de frequência do educando deve ser realizada com base

- a) em chamadas periódicas realizadas pelo professor e por profissionais da saúde.
- b) na quantidade de aulas verificadas pelo educador em que o educando tenha efetivamente participado.
- c) no relatório elaborado pelo professor especializado que atende o aluno.
- d) na participação dos educandos nas atividades que devem ser registradas em formulário próprio de atendimento.



## GABARITO

<b>1</b>	<b>D</b>
<b>2</b>	<b>D</b>
<b>3</b>	<b>A</b>
<b>4</b>	<b>E</b>
<b>5</b>	<b>CERTO</b>
<b>6</b>	<b>C</b>
<b>7</b>	<b>ERRADO</b>
<b>8</b>	<b>ERRADO</b>
<b>9</b>	<b>E</b>
<b>10</b>	<b>CERTO</b>
<b>11</b>	<b>C</b>



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.